

**Novo desenvolvimentismo de matriz *Keynesiana*: impacto dos investimentos em regiões não produtoras**

**Keynesian-based new developmentalism: impact of investments in non-producing regions**

**New *Keynesian*-style developmentalism: the impact of investments in non-producing regions**

DOI: 10.54901/educa.v9-546

Lucile de Souza Moura<sup>1</sup>  
Raimundo Lenilde de Araújo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo analisa a contradição no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI), Piauí: como a região pode ser a segunda maior economia estadual, com crescimento de 428% no PIB (2010-2020), e manter indicadores sociais precários? A pesquisa, ancorada no novo-desenvolvimentismo, investiga se os investimentos estaduais beneficiam apenas municípios produtores de grãos. Através de métodos mistos (análise de dados e Planos Plurianuais), comparou 4 municípios produtores com 8 não produtores. Os resultados revelam uma clivagem econômica: os produtores tiveram PIB médio 5,6 vezes maior. Contudo, não houve diferença estatisticamente significativa nos indicadores sociais (IDHM, IDEB) entre os grupos. A imensa riqueza do agronegócio não se converteu em bem-estar social generalizado. Conclui-se que a política estadual resultou numa "síntese paradoxal": usou o Estado como indutor (lógica keynesiana) para viabilizar uma acumulação neoliberal, concentrando renda e primarizando a economia. O modelo gerou crescimento, mas falhou em promover desenvolvimento equitativo, atuando como um "*Welfare State* para o capital".

**Palavras-chave:** novo desenvolvimentismo; keynesiana; municípios; territórios; TDAP/PI.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Contexto e Problema de Pesquisa

O Estado do Piauí, organizado em Territórios de Desenvolvimento (TDs) desde 2007, apresenta um cenário econômico peculiar: o Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI), composto por 12 municípios, destaca-se como a segunda maior economia do estado, concentrando as principais áreas de produção de grãos (Cepro, 2023a). No entanto, esta

<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: lucilemoura67@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8465-070X>

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/ULisboa), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: raimundolenilde@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>

macrorregião, localizada a mais de 600 km da capital, Teresina, é palco de uma contradição evidente: como pode uma região ser simultaneamente tão rica em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e apresentar indicadores sociais tão precários em grande parte de seus municípios?

Esta contradição tornou-se o cerne da investigação. Apesar do crescimento econômico expressivo do território – com um aumento de 428% no PIB entre 2010 e 2020 –, observações de campo e dados preliminares revelam que os benefícios desse desenvolvimento não são distribuídos de forma homogênea. A riqueza gerada pela agropecuária, que registrou um crescimento de 323,7% no Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial, está concentrada em apenas quatro municípios produtores de grãos (Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Sebastião Leal). Os oito municípios restantes do TDAP/PI permanecem com economias estagnadas e indicadores de bem-estar social baixos, dependentes de programas de transferência de renda e de uma agricultura de subsistência.

Este cenário de contrastes intra-territoriais levanta questões críticas sobre a eficácia das políticas públicas estaduais, que adotam uma abordagem novo-desenvolvimentista, com forte intervenção estatal e investimentos em infraestrutura, planejados por meio de Planos Plurianuais (PPAs) que priorizam a região do Cerrado. Se a organização em TDs visa homogeneizar o desenvolvimento, por que os investimentos aplicados afetam positivamente apenas os municípios produtores de *commodities*, deixando os municípios não produtores à margem do progresso?

A base teórica deste estudo ancora-se no modelo novo-desenvolvimentista, tal como formulado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que defende o papel indutor do Estado na economia. No entanto, a análise também considera a interação desta política com lógicas econômicas neoliberais e com o conceito de "colonialidade do poder", onde a produção de grãos em larga escala atende predominantemente à demanda do mercado externo, replicando dinâmicas de dependência. Esta triangulação teórica é crucial para entender as assimetrias no TDAP/PI.

Para investigar esta problemática, a pesquisa analisou, ao longo de uma década (2010-2020), indicadores econômicos (PIB, VAB setorial) e sociais (IDHM, IFDM, IDEB, taxas de analfabetismo e abandono escolar) dos 12 municípios, comparando sistematicamente a performance dos produtores e não produtores de grãos. Deste modo, o presente artigo busca responder à seguinte pergunta: **Por que os investimentos de base novo-desenvolvimentista no TDAP/PI impactam positivamente os indicadores socioeconômicos dos municípios produtores de grãos, mas falham em promover um desenvolvimento similar nos municípios não produtores do mesmo território?**

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação entre a política econômico novo-desenvolvimentista adotada pelo Estado do Piauí (2010-2020) e o desenvolvimento socioeconômico assimétrico dos municípios do TDAP/PI.

Para atingir este fim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Comparar a evolução do PIB e do IDHM entre os municípios produtores e não produtores de *commodities* do TDAP/PI no período de 2010 a 2020.
- b) Compreender o papel do Estado como provedor de condições para mudança social frente à implantação de grandes empreendimentos econômicos no território.
- c) Relacionar o modelo de intervenção estatal e as políticas públicas dele derivadas com a situação social dos 12 municípios do TDAP/PI.
- d) Analisar as causas e consequências da adoção da política novo-desenvolvimentista na região, identificando os fatores que levam à desigualdade intraterritorial.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar criticamente os resultados das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, tomando como estudo de caso a implementação do modelo novo-desenvolvimentista no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI) no Piauí. O novo desenvolvimentismo, uma teoria econômica que tem em Luiz Carlos Bresser-Pereira seu principal expoente no Brasil, propõe-se como uma alternativa ao liberalismo econômico, defendendo o Estado como agente indutor e coordenador do desenvolvimento para garantir a competitividade das empresas nacionais e promover a acumulação de capital com inclusão social (Bresser-Pereira, 2017).

O TDAP/PI configura-se como um laboratório singular para esta investigação. Enquanto o Piauí é frequentemente caracterizado como a "última fronteira agrícola" do Brasil, com seu Cerrado ocupando 46% do território estadual (Cepro, 2024), o TDAP/PI é o epicentro desse processo. Ele abriga os maiores produtores de grãos do estado, como Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, que, juntos, respondem por milhões de toneladas de soja e milho anualmente, posicionando o Piauí no ranking nacional de produção.

Esta pujança econômica, no entanto, convive com uma gritante contradição. Conforme classificação de Favareto *et al.* (2019) para a região do Matopiba, da qual o TDAP/PI faz parte, o território se enquadra na categoria "injusto": alta produção agropecuária associada a indicadores sociais abaixo da média estadual. Os dados estruturais comprovam essa assimetria. A agropecuária responde por 51,72% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do território – o índice mais elevado do estado e 13,29 pontos percentuais acima do segundo colocado (Cepro, 2023a). Paralelamente, o território apresenta a menor dependência da Administração Pública entre

todos os TDs piauienses, com uma redução de 6,4% na participação deste setor no VAB entre 2010 e 2020 (Cepro, 2024).

Essa dissonância entre a geração de riqueza e a distribuição de seus benefícios constitui o cerne da justificativa deste trabalho. A modernização agrícola, fomentada por políticas públicas de financiamento e investimentos em infraestrutura de base novo-desenvolvimentista, criou uma economia robusta, porém concentrada em poucos municípios e desconectada do bem-estar social da maioria da população intra-territorial. Relatórios de organizações como a FIAN Internacional (2018) já apontam para essa segregação socioespacial, onde as comunidades locais e os municípios não produtores ficam à margem dos benefícios do agronegócio.

Portanto, a relevância desta pesquisa é tripla:

- a) **Empírica:** Examina um caso concreto e paradigmático de desenvolvimento desigual, oferecendo evidências detalhadas sobre os limites do modelo de crescimento baseado em *commodities*.
- b) **Teórica:** Contribui para o debate sobre o novo desenvolvimentismo ao testar seus postulados em escala subnacional, analisando sua interação com lógicas econômicas neoliberais e a "colonialidade do poder" inerente à produção para o mercado externo.
- c) **Metodológica:** Inova ao adotar uma análise **intraterritorial**, comparando a performance de municípios produtores e não produtores dentro de um mesmo território, o que permite isolar o efeito da atividade agroexportadora e avaliar a eficácia das políticas públicas regionais com maior precisão.

Ao focar no período de 2010 a 2020, que coincide com o auge das políticas novo-desenvolvimentistas no Brasil, este estudo alinha-se perfeitamente com a área de concentração "Estado, Sociedade e Políticas Públicas", investigando como a gestão pública e a intervenção estatal podem, ou não, catalisar uma mudança social mais equitativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Teoria e a Contradição no Território

O arcabouço teórico desta pesquisa ancora-se no **novo desenvolvimentismo**, uma escola de pensamento econômico que tem em Luiz Carlos Bresser-Pereira seu principal expoente no Brasil. Surge como uma resposta às limitações do modelo neoliberal, defendendo um **papel ativo do Estado** como indutor e coordenador do desenvolvimento. O Estado atua

para garantir a competitividade das empresas nacionais, seja por meio de investimentos em infraestrutura, regulações ou políticas de incentivo fiscal, com o objetivo final de promover a acumulação de capital, gerar empregos e, consequentemente, alavancar o desenvolvimento social (Bresser-Pereira, 2017).

A aplicação desta teoria no Piauí, particularmente no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI), revela uma contradição fundamental que este artigo busca investigar. O TDAP/PI é o epicentro do agronegócio piauiense, inserido na região do Matopiba – considerada a "última fronteira agrícola" do Brasil. A ação estatal, através de sucessivos Planos Plurianuais (PPAs), foi crucial para esta conquista, fomentando a ocupação do Cerrado com investimentos em logística, energia e crédito subsidiado.

No entanto, a pujança econômica do território – com um crescimento do PIB de 428% entre 2010 e 2020, impulsionado por um aumento de 323,7% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária – não se traduziu em bem-estar social generalizado. Conforme classificação de Favareto *et al.* (2019), o TDAP/PI se enquadra na categoria "**injusto**": alta produção agropecuária associada a indicadores sociais abaixo da média. A riqueza está concentrada em apenas quatro municípios produtores de grãos (Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Sebastião Leal), enquanto os outros oito municípios do território permanecem à margem deste desenvolvimento.

## 2.2 O Estado entre o Capital e o Trabalho: Uma Análise Crítica

Para entender essa dissonância, é necessário recorrer a uma análise crítica do papel do Estado. A perspectiva novo-desenvolvimentista, de inspiração keynesiana, prevê que a intervenção estatal deve criar um "ciclo virtuoso" onde o apoio ao capital produtivo gera emprego e renda, aumentando a demanda agregada e beneficiando toda a sociedade.

Contudo, autores como Mandel (1982) e O'Connor (1977) alertam que, na prática, o Estado frequentemente atua para assegurar as "condições gerais de produção" que beneficiam o setor monopolista ou, neste caso, o grande agronegócio. Isso cria uma relação simbiótica onde o Estado canaliza investimentos públicos e renúncia fiscal para setores estratégicos do capital, numa dinâmica que Poulantzas (1977) descreve como a **internalização dos interesses dominantes na própria estrutura estatal**.

No contexto do TDAP/PI, isso se manifesta como um "**Welfare State para o capital**": o Estado investe massivamente em infraestrutura que beneficia a logística de exportação (rodovias, portos) e concede incentivos fiscais, enquanto a contrapartida social – investimentos

robustos em educação, saúde e saneamento para redistribuir a riqueza gerada – é deficitária. O resultado é a perpetuação de um modelo que concentra terra, renda e poder político.

### 2.3 Keynes, o Novo Desenvolvimentismo e a Questão Estrutural

A teoria keynesiana, base do novo desenvolvimentismo, defende a intervenção estatal para estimular a demanda agregada e alcançar o pleno emprego. No entanto, sua aplicação em economias periféricas e primário-dependentes como a do TDAP/PI esbarra em limitações estruturais.

Celso Furtado, citado por Barbosa e Saes (2025), argumenta que em economias duais – com um setor moderno voltado para a exportação e um vasto setor atrasado –, um estímulo keynesiano genérico pode simplesmente aumentar as importações de bens manufaturados, beneficiando as economias centrais e aprofundando a dependência externa. No caso do TDAP/PI, o estímulo estatal fomentou a produção de *commodities* (soja, milho), mas não foi capaz de gerar uma significativa industrialização local ou diversificação econômica, mantendo a região refém da volatilidade dos mercados internacionais e da "reprimarização" da economia.

Esta dinâmica ecoa o conceito de "**colonialidade do poder**" de Quijano (2005), onde as relações de poder e exploração econômica estabelecidas no período colonial se perpetuam na estrutura global. O TDAP/PI funciona como um enclave exportador, onde a riqueza gerada é majoritariamente drenada para fora do território, reproduzindo uma lógica de subalternidade e dependência típica da divisão internacional do trabalho.

### 2.4 Conclusão do Referencial: A Lacuna Preenchida pela Pesquisa

Os estudos empíricos recentes, incluindo os do próprio Bresser-Pereira (2024) e de autores como Oreiro e Marconi (2016) e Gala (2020), debatem amplamente os limites do novo desenvolvimentismo, focando em questões macroeconômicas como taxa de câmbio, inflação e a falta de diversificação industrial. A vertente "social-desenvolvimentista" (Rossi; Dweck; Oliveira, 2020) defende políticas sociais robustas como eixo central do desenvolvimento.

A contribuição única desta pesquisa está em **operacionalizar esta crítica teórica em uma análise intraterritorial**. Ao comparar municípios produtores e não produtores dentro do mesmo território e submetidos à mesma política estadual, o estudo vai além da crítica macroeconômica e demonstra empiricamente **como e onde** o modelo fracassa em promover uma distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento. Portanto, este referencial não

só embasa a análise, mas também justifica a necessidade da investigação, ao revelar a lacuna entre a teoria desenvolvimentista e os resultados sociais assimétricos observados no TDAP/PI.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Desenho da Pesquisa e Abordagem**

Esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista (qualitativa e quantitativa) para analisar a relação entre a política novo-desenvolvimentista do Estado do Piauí (2010-2020) e o desenvolvimento socioeconômico assimétrico no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI).

A abordagem qualitativa centrou-se na análise de conteúdo (Bardin, 2016) de documentos oficiais, como os Planos Plurianuais (PPAs) estaduais e discursos governamentais, para identificar e categorizar a intencionalidade e o direcionamento das políticas públicas para o território.

A abordagem quantitativa foi utilizada para mensurar e comparar, por meio de indicadores estatísticos, o desempenho socioeconômico dos municípios produtores e não produtores de grãos, testando estatisticamente as disparidades identificadas.

#### **3.2 Área de Estudo e Fontes de Dados**

O estudo focou nos 12 municípios que compõem o TDAP/PI: Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Bertolândia, Canavieira, Guadalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal e Uruçuí.

O período de análise foi de 2010 a 2020, utilizando dados secundários de fontes oficiais:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): PIB, VAB setorial e dados demográficos.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e taxas de abandono escolar.
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): Dados de emprego formal.
- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO): Dados territoriais e relatórios econômicos.

Os dados foram organizados em um painel longitudinal (n=132 observações), abrangendo 24 variadas agrupadas em três eixos (Tabela 1).

Tabela 1: Variáveis e Indicadores Utilizados na Análise

| Eixo            | Indicadores                                                                                                                                                           |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Econômico       | PIB, VAB (Agropecuária, Indústria, Administração Pública), Empregos no Agronegócio, Quociente Locacional (QL), Indicador de Nível (INC) e Ritmo de Crescimento (IRC). |
| Educacional     | IDEB (Anos Iniciais, Finais e Médio), Taxa de Abandono Escolar (Anos Iniciais, Finais e Médio), Taxa de Analfabetismo.                                                |
| Social          | IDHM e seus componentes (Renda, Longevidade, Educação), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).                                                            |
| Classificatória | Produtor de Grãos (Variável binária: Sim/Não).                                                                                                                        |

### 3.3 Procedimentos de Análise

1. Preparação e Análise Descritiva: Os dados foram padronizados e submetidos a uma análise descritiva (média, mediana, desvio padrão) para caracterizar a evolução dos indicadores em cada grupo de municípios (produtores vs. não produtores).
2. Análise Estatística Inferencial: Para testar a significância das diferenças observadas entre os dois grupos, foi aplicado o teste não paramétrico de Mann-Whitney U, com um nível de significância de 5% ( $\alpha = 0,05$ ). Este teste foi escolhido por não exigir pressupostos de normalidade na distribuição dos dados. As hipóteses testadas foram:
  - $H_0$ : As distribuições dos indicadores são iguais entre municípios produtores e não produtores.
  - $H_1$ : As distribuições dos indicadores são diferentes entre os grupos.
3. Análise Qualitativa: Realizou-se a análise de conteúdo dos PPAs e declarações governamentais para identificar os pressupostos, prioridades e o discurso oficial que orientaram os investimentos no território, contextualizando os resultados quantitativos.
4. Ferramentas: Utilizou-se Microsoft Excel para organização inicial dos dados e Python (versão 3.11, com bibliotecas Pandas, Numpy e Scipy) para a análise estatística. Um dashboard interativo no Power BI foi desenvolvido para visualização dinâmica dos resultados.

## 4 RESULTADOS ESTATÍSTICOS E ANÁLISE

A análise dos dados revela um cenário de **desenvolvimento assimétrico** no TDAP/PI, onde o dinamismo econômico dos municípios produtores de grãos não se traduz em avanços sociais e educacionais proporcionais, quando comparados aos municípios não produtores.

### 4.1 Divergência Econômica Acentuada

Os resultados confirmam uma clivagem econômica profunda entre os dois grupos. Como sintetizado na **Tabela 1**, os municípios produtores apresentaram médias de PIB **5,6 vezes superiores** aos não produtores. Esta disparidade é ainda mais evidente no VAB da Agropecuária, onde a média dos produtores (R\$ 220,98 mi) foi **dez vezes maior** que a dos não produtores (R\$ 21,96 mi).

Tabela 1: Estatísticas Descritivas e Teste de Mann-Whitney para Indicadores Econômicos Seleccionados

| Variável                         | Grupo        | Média   | Mediana | p-valor      |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|--------------|
| <b>PIB (R\$ mil)</b>             | Produtor     | 488.460 | 308.430 | <b>0.00*</b> |
|                                  | Não Produtor | 86.650  | 42.720  |              |
| <b>VAB Agropec. (R\$ mil)</b>    | Produtor     | 220.980 | 162.290 | <b>0.00*</b> |
|                                  | Não Produtor | 21.960  | 4.980   |              |
| <b>Empregos no Agronegócio</b>   | Produtor     | 764     | 475     | <b>0.00*</b> |
|                                  | Não Produtor | 17      | 3       |              |
| <b>Quociente Locacional (QL)</b> | Produtor     | 1,54    | 1,62    | <b>0.00*</b> |
|                                  | Não Produtor | 0,10    | 0,02    |              |
| <b>Indicador de Nível (INC)</b>  | Produtor     | 308,03  | 298,30  | <b>0.00*</b> |
|                                  | Não Produtor | 119,34  | 71,05   |              |

\*\*Diferença estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ )\*

O **Quociente Locacional (QL)** consistentemente acima de 1 nos produtores (Gráfico 5) evidencia uma economia altamente especializada e voltada para o agronegócio, enquanto o QL próximo de zero nos não produtores mostra a ausência desta vocação. O **Indicador de Nível**

**de Crescimento (INC)** significativamente maior nos produtores (Tabela 1) corrobora um desempenho econômico relativo superior.

O **Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC)**, no entanto, não mostrou diferença estatística ( $p = 0,45$ ), revelando uma característica crucial: os municípios produtores exibiram uma trajetória volátil, com picos de crescimento seguidos por quedas bruscas (Gráfico 7), refletindo a instabilidade inerente aos mercados de *commodities*. Já os não produtores mantiveram um ritmo estável, porém em uma base econômica muito menor.

**Discussão:** Os dados econômicos validam a premissa inicial de uma economia territorial dual. A política novo-desenvolvimentista, com seus investimentos em infraestrutura e incentivos, foi bem-sucedida em criar um polo de alta produtividade agroexportadora. No entanto, este modelo gerou uma economia de enclave, com limitada capacidade de gerar spillovers econômicos para os municípios circunvizinhos, que permanecem com uma estrutura econômica frágil e dependente do setor público, conforme atesta a evolução paralela do PIB e do VAB da Administração Pública nos não produtores (Gráfico 2).

## 4.2 Convergência Social Inesperada

Em contraste gritante com os indicadores econômicos, os dados sociais mostram uma realidade de **estagnação e paridade** entre os grupos.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO NO TDAP/PI

A análise integrada dos resultados revela um paradoxo central no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI): **um dinamismo econômico notável, concentrado em poucos municípios, que não se traduz em um desenvolvimento social homogêneo e equitativo no território**. Esta seção discute como a aplicação da política novo-desenvolvimentista, ao priorizar um modelo de enclave agroexportador, acabou por reproduzir e aprofundar assimetrias intraterritoriais.

### 5.1 A Dualidade Territorial: Concentração da Riqueza e Estagnação Social

A divisão do Piauí em Territórios de Desenvolvimento partia do princípio de planejar ações governamentais com base em similaridades regionais, visando homogeneizar o

desenvolvimento (Piauí, 2007). No entanto, o TDAP/PI tornou-se um exemplo flagrante do oposto: a criação de uma **economia dual** dentro de um mesmo território.

De um lado, estão os 4 municípios **produtores de grãos** (Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Sebastião Leal). Eles formam o núcleo de um agronegócio pujante, responsável por fazer do TDAP/PI o segundo maior PIB do estado, com um crescimento acumulado de 428% entre 2010 e 2020. O Quociente Locacional (QL) consistentemente acima de 1,5 para este grupo (Gráfico 5) atesta uma especialização extrema e uma vocação produtiva inquestionável, porém voltada quase que integralmente para o mercado externo.

Do outro lado, os 8 municípios **não produtores** permanecem à margem deste boom econômico. Suas economias são caracterizadas por:

- **Alta dependência da Administração Pública:** Em municípios como Canavieira, Bertolínia e Porto Alegre do Piauí, o VAB do setor público representa mais de 50% da economia local (Tabela 14), funcionando como "cidades-dormitório" com uma economia derivada e frágil.
- **Agricultura de subsistência e baixa geração de renda:** Os dados do Censo Agropecuário (Tabela 10) mostram uma produção de alimentos (milho, feijão, mandioca) insignificante frente à escala da commodity, incapaz de gerar excedentes comerciais ou garantir segurança alimentar local.
- **Exclusão dos circuitos dinâmicos da economia:** O QL próximo de zero e o baixo INC (Tabela 4) confirmam sua desconexão do eixo econômico principal do território.

A promessa do "ciclo virtuoso" novo-desenvolvimentista — onde o investimento gera emprego, renda, consumo e desenvolvimento generalizado — **não se materializou para a maioria dos municípios do TDAP/PI**. O crescimento foi, por natureza, **concentrador e excludente**.

## 5.2 O Estado Desenvolvimentista e a Socialização dos Custos

A política estadual, através de sucessivos PPAs, foi fundamental para a consolidação deste modelo. O Estado atuou como indutor, coordenador e financiador, alinhando-se à premissa keynesiana de investir para estimular a economia. No entanto, essa intervenção assumiu uma forma distorcida, que podemos chamar de "**Keynesianismo para o Capital**".

Os investimentos maciços em infraestrutura (rodovias para escoamento, energia para pivôs centrais, linhas de crédito subsidiado) representaram uma maciça **socialização dos custos** para viabilizar um empreendimento essencialmente privado. Conforme teorizado por

Harvey (2005), esta é uma marca do neoliberalismo: o Estado assume os riscos e custos da acumulação, enquanto os lucros são majoritariamente privatizados.

Esta dinâmica fica clara na análise do VAB (Gráficos 2 e 3). O crescimento explosivo do VAB da Agropecuária a partir de 2017 reflete o sucesso deste modelo em gerar valor primário. Contudo, o VAB da Indústria cresceu de forma moderada e atrelada ao agronegócio (beneficiamento de grãos), evidenciando uma "**desindustrialização precoce**" ou uma industrialização restrita, sem diversificação do tecido produtivo. A renda gerada não se converteu em uma base industrial autônoma e geradora de empregos de maior valor agregado, como previa o desenvolvimentismo clássico de Celso Furtado.

O resultado é um **círculo vicioso da commodity**:

1. O Estado investe em infraestrutura para a produção de *commodities*.
2. A produção gera lucros concentrados e divisas, mas poucos empregos e baixa arrecadação local (devido a incentivos fiscais).
3. A renda concentrada não se converte em demanda agregada robusta no território.
4. A insuficiência de demanda inviabiliza economias de escala para outros setores.
5. A dependência do setor leva o Estado a reinvestir nele, reiniciando o ciclo.

### 5.3 A Síntese Paradoxal: Novo-Desenvolvimentismo a Serviço do Neoliberalismo

O caso do TDAP/PI ilustra uma síntese paradoxal entre correntes teóricas aparentemente antagônicas. A **política novo-desenvolvimentista** (Keynes), com seu Estado indutor, foi instrumentalizada para viabilizar uma **lógica neoliberal** (Hayek) de acumulação, que opera dentro de uma **matriz colonial de poder** (Quijano).

- O **Estado Novo-Desenvolvimentista** forneceu as condições gerais de produção (infraestrutura, crédito, incentivos).
- A **Lógica Neoliberal** garantiu a flexibilização regulatória, a priorização do mercado e a privatização dos lucros.
- A **Matriz Colonial do Poder** se manifesta na reprodução de uma relação centro-periferia intra-territorial, onde o TDAP/PI funciona como um enclave fornecedor de matéria-prima (soja) para o mercado global, com baixa agregação de valor e drenagem de riqueza.

Nesta síntese, o conceito de mais-valia, tal como discutido por Marx e atualizado por Mészáros (2011), encontra novas fontes. Diante de um modelo que minimiza o uso de mão de

obra (alta mecanização), a acumulação de capital se sustenta não apenas na exploração residual do trabalho, mas principalmente:

1. **Na exploração do Fundo Público:** Via transferência de recursos estatais para infraestrutura setorial.
2. **Na exploração dos Recursos Naturais:** Através do uso intensivo e frequentemente predatório do solo e da água, que se tornam a "nova mais-valia" ambiental.

#### 5.4 Conclusão da Análise: O Desenvolvimento Inacabado

Os dados são incontestes: o modelo foi extremamente eficiente em **gerar crescimento econômico**(PIB), mas falhou redondamente em **promover desenvolvimento** (IDHM, educação, equidade) de forma intraterritorial. A riqueza gerada não "vazou" significativamente para os municípios não produtores nem se traduziu em melhorias sociais dramáticas mesmo nos produtores.

A política novo-desenvolvimentista no Piauí, portanto, mostrou-se capaz de criar ilhas de prosperia, mas não de articular um território coeso e justo. Ela sucumbiu a uma lógica de curto prazo, de acumulação primária, que priorizou os indicadores macroeconômicos em detrimento do bem-estar social generalizado e da construção de uma economia diversificada e resiliente. O TDAP/PI é, assim, um microcosmo dos dilemas do desenvolvimento brasileiro: a tensão permanente entre a riqueza que se produz e a pobreza que se perpetua.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas e Teste de Mann-Whitney para Indicadores Sociais

| Variável                | Grupo        | Média | Mediana | p-valor      |
|-------------------------|--------------|-------|---------|--------------|
| <b>IDHM</b>             | Produtor     | 0,59  | 0,58    | 0,68         |
|                         | Não Produtor | 0,60  | 0,59    |              |
| <b>IDHM Renda</b>       | Produtor     | 0,56  | 0,55    | 0,46         |
|                         | Não Produtor | 0,57  | 0,57    |              |
| <b>IDHM Longevidade</b> | Produtor     | 0,77  | 0,77    | 0,67         |
|                         | Não Produtor | 0,76  | 0,77    |              |
| <b>IFDM</b>             | Produtor     | 0,62  | 0,61    | <b>0,01*</b> |
|                         | Não Produtor | 0,59  | 0,58    |              |

O **IDHM** e seus componentes (Renda, Longevidade e Educação) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas (Tabela 2, Gráfico 8). A pequena vantagem no IDHM Renda dos não produtores pode ser explicada por um efeito de renda per capita, onde uma população menor e um PIB baixo, porém com uma participação significativa de transferências governamentais, resulta em um indicador ligeiramente inflado.

O **IFDM** foi o único indicador social com diferença significativa ( $p=0,01$ ), mostrando uma leve vantagem para os produtores. Este índice, que mede emprego/renda, saúde e educação, parece ser mais sensível à dinâmica econômica imediata, refletindo a geração de alguns empregos formais e uma arrecadação municipal um pouco maior.

**Discussão:** A ausência de diferenças significativas no IDHM é o achado mais crítico deste estudo. Ele demonstra que a enorme riqueza gerada pela agropecuária nos municípios produtores **não se converteu em melhorias substantivas no desenvolvimento humano da sua população**. O modelo mostrou-se eficiente em acumular capital, mas ineficaz em promover bem-estar social, corroborando a tese de um crescimento "injusto" (Favareto *et al.*, 2019).

## 5.5 Desempenho Educacional Equivalente

O panorama educacional reforça a tese da desconexão entre economia e desenvolvimento social. Nenhum dos indicadores de qualidade (IDEB) ou de fluxo escolar (taxas de abandono) apresentou diferença estatística significativa entre os grupos (Tabela 3).

Tabela 3: Estatísticas Descritivas e Teste de Mann-Whitney para Indicadores Educacionais Selecionados

| Variável                        | Grupo        | Média | Mediana | p-valor |
|---------------------------------|--------------|-------|---------|---------|
| <b>IDEB - Anos Iniciais</b>     | Produtor     | 4,61  | 4,40    | 0,07    |
|                                 | Não Produtor | 4,14  | 4,00    |         |
| <b>IDEB - Ensino Médio</b>      | Produtor     | 3,31  | 3,20    | 0,44    |
|                                 | Não Produtor | 3,43  | 3,40    |         |
| <b>Taxa Aband. - Ens. Médio</b> | Produtor     | 10,06 | 10,55   | 0,45    |
|                                 | Não Produtor | 10,14 | 8,80    |         |

Os gráficos de série histórica do IDEB (Gráficos 11, 12, 13) mostram uma trajetória de melhoria gradual e paralela para ambos os grupos, sem que a pujança econômica dos produtores

tenha impulsionado um salto de qualidade na educação local. As taxas de abandono, notadamente altas no Ensino Médio para ambos os grupos (em torno de 10%), indicam um desafio educacional comum e estrutural, não mitigado pela riqueza do agronegócio.

**Discussão:** A equivalência nos indicadores educacionais é um forte indício de que os mecanismos de transmissão entre a geração de riqueza e a melhoria de serviços públicos como a educação são fracos ou inexistentes. A renda municipal adicional proveniente do agronegócio não se traduziu em investimentos capazes de criar um sistema educacional distintamente melhor. Isto aponta para falhas na governança e na priorização de políticas públicas, onde os ganhos de curto prazo com a produção de *commodities* não são reinvestidos em capital humano de longo prazo.

## 6 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA ECONÔMICA NOVO-DESENVOLVIMENTISTA NO TDAP/PI

### 6.1 A Dualidade do Crescimento Econômico: Concentração e Vulnerabilidade

A análise dos dados econômicos (Tabelas 15 e 16) confirma que a política novo-desenvolvimentista foi bem-sucedida em gerar **crescimento macroeconômico expressivo** no TDAP/PI, com um aumento de 428% no PIB territorial entre 2010 e 2020. No entanto, este crescimento foi profundamente **assimétrico e concentrado**.

**Nos 4 municípios produtores de grãos** (Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Sebastião Leal), o crescimento foi explosivo. O VAB da Agropecuária, por exemplo, aumentou 784% em Baixa Grande do Ribeiro e 622% em Uruçuí. Estes municípios apresentaram Indicadores de Nível de Crescimento (INC) e de Ritmo de Crescimento (IRC) significativamente superiores, refletindo uma economia dinâmica, porém **volátil** – o IRC dos produtores mostrou picos e quedas bruscas, como a retração em 2016, evidenciando a vulnerabilidade à instabilidade dos preços das *commodities* e às intempéries climáticas.

**Nos 8 municípios não produtores**, o crescimento, embora positivo, foi muito mais modesto e de natureza distinta. A economia destes municípios manteve-se **atrelada ao setor público**, com o VAB da Administração Pública representando mais de 50% da economia em municípios como Canavieira, Bertolínia e Porto Alegre do Piauí (Tabela 14). O crescimento do PIB nestas localidades seguiu paralelamente ao aumento dos repasses governamentais, caracterizando uma economia dependente e pouco dinâmica.

A geração de empregos no agronegócio (Tabela 16) foi outra face desta disparidade. Enquanto os produtores criaram centenas de postos de trabalho (Uruçuí saltou de 516 para 1.218 empregos), municípios não produtores como Landri Sales e Porto Alegre do Piauí registraram perda ou estagnação. Este dado desmonta um dos pilares do discurso desenvolvimentista: o modelo, por ser intensivo em capital e tecnologia, **gera poucos empregos em relação ao volume de riqueza produzido**, e estes se concentram nos polos produtores.

## 6.2 A Convergência Social Incompleta: Avanços Frágeis e Desconectados da Economia

Em contraste gritante com os indicadores econômicos, os dados sociais (Tabela 17) revelam uma trajetória de **convergência e melhoria generalizada**, porém insuficiente.

Houve avanços inegáveis:

- **Queda drástica no abandono escolar:** As taxas caíram significativamente em todas as etapas de ensino. Antônio Almeida, Guadalupe e Porto Alegre do Piauí, por exemplo, praticamente zeraram o abandono nos Anos Iniciais.
- **Melhoria na qualidade da educação:** O IDEB apresentou evolução positiva na maioria dos municípios, embora os patamares ainda sejam baixos, especialmente no Ensino Médio.
- **Avanço no IDHM:** A projeção da Cepro indica que todos os municípios evoluíram para a categoria de desenvolvimento "Alto", com dois (Guadalupe e Uruçuí) alcançando "Muito Alto".

No entanto, esta convergência social esconde fragilidades e uma **desconexão com a dinâmica econômica**:

- **Saúde precária:** O IFDM Saúde (Tabela 18) revela um cenário crítico. Municípios como Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Canavieira mantiveram índices "baixos" ou "críticos", demonstrando que a riqueza gerada não se traduziu em um sistema de saúde de qualidade.
- **Paradoxo social-econômico:** O fato de os indicadores sociais dos municípios não produtores terem evoluído de forma semelhante aos dos produtores, enquanto a economia permaneceu estagnada, indica que o **welfare social foi sustentado por transferências de renda e políticas públicas universais**, e não pela dinâmica econômica local gerada pelo agronegócio.

### 6.3 Síntese das Causas e Consequências: O Modelo Híbrido e seus Efeitos

As causas e consequências do modelo implementado podem ser sintetizadas em um quadro analítico claro:

**Causa Estrutural:** A opção por um modelo de desenvolvimento baseado no **agronegócio de exportação como eixo dinâmico único**, fomentado por um Estado indutor (novo-desenvolvimentista) que socializou custos de infraestrutura.

Consequências Econômicas:

1. **Crescimento Concentrado:** Geração de ilhas de prosperidade (municípios produtores) em um mar de estagnação relativa (não produtores).
2. **Reprimarização da Economia:** Falha em industrializar e diversificar a economia local. O VAB da indústria cresceu, mas permaneceu atrelado ao beneficiamento primário da *commodity*.
3. **Vulnerabilidade Externa:** A economia territorial tornou-se refém da volatilidade dos preços internacionais e de fatores climáticos.

Consequências Sociais e Territoriais:

1. **Desenvolvimento Desconectado:** Melhoria social sustentada mais pelo Estado provedor do que pelos efeitos "transbordamento" (*spillovers*) da economia do agronegócio.
2. **Aprofundamento das Desigualdades Intraterritoriais:** Criação de um *apartheid* socioeconômico dentro do próprio TDAP/PI, onde a distância entre os mais ricos e os mais pobres se amplia.
3. **Falência do "Círculo Virtuoso" Keynesiano:** O prometido ciclo de investimento → emprego → renda → consumo não se fechou. O emprego gerado foi insuficiente e a renda, extremamente concentrada, não se converteu em demanda agregada robusta e diversificada no território.

Conclusão Analítica: A Síntese Paradoxal

A política econômico no TDAP/PI resultou em uma **síntese paradoxal**. Ela utilizou o **instrumental novo-desenvolvimentista** (Estado indutor, investimentos públicos) para viabilizar uma **lógica neoliberal de acumulação** (concentração de renda, primarização, focalização dos benefícios) que opera dentro de uma **matriz colonial de poder** (o território como exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados, com baixo valor agregado retido localmente).

O modelo, portanto, foi **bem-sucedido em gerar cifras macroeconômicas**, mas **fracassou em promover um desenvolvimento intraterritorial harmonioso, diversificado e socialmente justo**. A resposta aos questionamentos iniciais da pesquisa é clara: o crescimento do PIB não foi equânime; os municípios não produtores permaneceram dependentes do Estado; o desenvolvimento socioeconômico foi profundamente desigual; e a estratégia de organização em Territórios mostrou-se incapaz, por si só, de contrapor a lógica concentradora e excludente inerente ao modelo de enclave agroexportador. A riqueza foi gerada, mas seu fruto não foi democratizado.

## 7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa demonstrou que a política novo-desenvolvimentista adotada no Piauí entre 2010 e 2020 foi bem-sucedida em gerar **crescimento econômico macroeconômico** no Território de Desenvolvimento do Alto Parnaíba (TDAP/PI), com um aumento de 428% no PIB e 323,7% no Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário. No entanto, esse crescimento revelou-se profundamente **assimétrico e concentrado**, configurando um modelo de desenvolvimento que, embora tenha promovido melhorias médias em indicadores sociais como IDHM e IDEB, **fracassou em garantir uma dis**

**tribuição equitativa dos seus benefícios**, aprofundando as disparidades intraterritoriais.

### 7.1 Os Objetivos Específicos foram Cumpridos ao Detalhar esta Contradição Central:

- a. A **evolução do PIB e do IDHM** confirmou uma clivagem profunda entre os 4 municípios produtores de grãos e os 8 não produtores. Enquanto os primeiros experimentaram um boom econômico, os segundos mantiveram uma economia estagnada e altamente dependente dos repasses da Administração Pública.
- b. O **papel do Estado** mostrou-se ambíguo: atuou como indutor do desenvolvimento, mas, na prática, funcionou como um **facilitador da acumulação privada**, replicando uma "matriz colonial de poder". Ao priorizar investimentos em infraestrutura que beneficiavam o grande agronegócio, o Estado reforçou relações de dependência e subordinação, onde as comunidades locais e os municípios não produtores ficaram à margem dos circuitos dinâmicos da economia.

- c. A **relação entre a intervenção estatal e a situação social** evidenciou uma desconexão perversa. A riqueza gerada pela *commodity* não se converteu em bem-estar social generalizado. Indicadores críticos, como os de saúde (IFDM), permaneceram baixos mesmo nos municípios mais ricos, e a melhoria social nos municípios não produtores foi sustentada mais por políticas universais de transferência de renda do que por um desenvolvimento econômico endógeno.
- d. A análise das **causas e consequências** revelou que o modelo implementado constitui uma **síntese paradoxal**. Utilizou o instrumentário novo-desenvolvimentista (Estado indutor) para viabilizar uma lógica neoliberal de acumulação (concentração de renda, primarização), operando dentro de uma estrutura de poder colonial (o território como exportador de matéria-prima). A consequência foi um **círculo vicioso** de dependência, e não o "círculo virtuoso" keynesiano prometido. A mais-valia, neste contexto, deslocou-se da exploração intensiva da mão de obra para a exploração do fundo público e dos recursos naturais.

## 7.2 Limitações e Recomendações para Políticas Públicas

Este estudo não abordou em profundidade duas questões fundamentais: a **regularização fundiária** e os **impactos ambientais** do modelo. Futuras pesquisas são necessárias para investigar esses temas, que são centrais para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

Os resultados demandam uma reorientação urgente da atuação estatal. Superar as assimetrias no TDAP/PI exige que o Estado transcenda seu papel de "garantidor do sistema produtivo" e assuma a função de "promotor de capacidades e equalizador de oportunidades". Para isso, recomenda-se um conjunto de políticas públicas intencionais e focalizadas:

1. **Diversificação Econômica e Agroindustrialização:** Criar programas para desenvolver cadeias de valor locais nos municípios não produtores, com foco em agroindústrias familiares que abasteçam o mercado interno, reduzindo a dependência de alimentos importados.
2. **Mecanismos de Compensação e Redistribuição Territorial:** Revisar a legislação do ICMS para incluir critérios sociais e ambientais que beneficiem municípios com baixa atividade econômica, mas bons indicadores de educação e preservação. Estabelecer um Fundo Estadual de Desenvolvimento Territorial, financiado por parte da arrecadação gerada pelos municípios produtores, para investir exclusivamente em infraestrutura, saúde e geração de renda nos municípios não produtores.

3. **Investimento em Infraestrutura Crítica e Conectividade:** Priorizar estradas vicinais e banda larga para integrar os municípios não produtores, facilitando o acesso a serviços, o comércio e o turismo comunitário.
4. **Fortalecimento da Educação Profissional:** Expandir a oferta de educação técnica e superior (IFs, UESPI) nos municípios não produtores, com cursos alinhados às potencialidades locais, para qualificar a mão de obra e fixar os jovens no território.

### 7.3 Contribuição Final

Em síntese, esta tese oferece um diagnóstico contundente dos limites de um modelo de desenvolvimento baseado na primarização e na concentração. A riqueza gerada pelo agronegócio no TDAP/PI não se transformou em desenvolvimento humano equitativo. O caminho para um futuro mais justo não está na rejeição do agronegócio, mas na correta utilização de parte de sua riqueza para financiar um projeto paralelo e complementar de diversificação econômica, valorização das potencialidades locais e justa compensação territorial. A superação do paradoxo do crescimento sem desenvolvimento equitativo é o imperativo que se coloca para os gestores públicos e para a sociedade piauiense.

### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 19, n. 30, p. 80-97, jan.- abr./2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3371>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BAIXA GRANDE do Ribeiro e Uruçuí estão entre os 50 maiores produtores de grãos do Brasil. Governo do Estado do Piauí, dez. 2024. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/baixa-grande-do-ribeiro-e-urucui-estao-entre-os-50-maiores-produtores-de-graos-do-brasil/>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- BARBOSA, A. F.; SAES, A. M. **Celso Furtado**: trajetória, pensamento e método. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. 320 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: Edições 70, 2016. 288 p.
- BEHRING, E. R. As novas configurações do estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BELLUZZO, L. G. M.; FRISCHTAK, C. R.; LAPLANE, M. F. **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. São Paulo: UNICAMP – Instituto de Economia, 2014. 126 p.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm). Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2ª ed., 1ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 137-151, mar. 2017. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/310-Capitalismo-Mudanca-estrutural-Novos-Estudos.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Novo desenvolvimentismo**: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política. 1ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024. 348 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 2, p. 503-531, abr.-jun. 2022. Disponível em: <https://bresserpereira.centrodeeconomiapolitica.org/quase-estagnacao-rep-167-13-v42-n2-2022.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CARVALHO, F. F. **Estruturas opressoras, povos famintos**: a colonialidade e a violação ao direito humano à alimentação. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 56-100. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/922030be-c39e-4156-9180-17e221a1ca54/content>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-315.

CEPRO. **Cenário da Indústria Piauiense**. Superintendência Cepro/Seplan. Teresina: Cepro/Seplan, 2021. 29 p. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/202111/CEPRO24\\_9fd5cbfaf2.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/202111/CEPRO24_9fd5cbfaf2.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

CEPRO. **Estudo sobre desenvolvimento humano e política social do Piauí**. Superintendência Cepro/Seplan. Piauí: Cepro/Seplan, 2018. 154 p. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201904/CEPRO17\\_4518ca4e42.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201904/CEPRO17_4518ca4e42.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

CEPRO. **O IDHM dos Municípios do Piauí por Território de Desenvolvimento**. Superintendência Cepro/Seplan. Teresina: Cepro/Seplan, 2016. 176 p. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20\\_5e483dee73.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf). Acesso em: 24 jul. 2025.

CEPRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2020**. Superintendência Cepro/Seplan. Teresina: Cepro/Seplan, 2022. 95 p. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/202306/CEPRO14\\_52781ce0c1.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/202306/CEPRO14_52781ce0c1.pdf). Acesso em: 25 jul. 2025.

CEPRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Piauí 2021**. Superintendência Cepro/Seplan. Teresina: Cepro/Seplan, 2023b. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/202312/CEPRO27\\_6b5f66f624.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/202312/CEPRO27_6b5f66f624.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

CEPRO. **Produto Interno Bruto dos Territórios do Piauí 2020**. Superintendência Cepro/Seplan. Teresina: Cepro/Seplan, 2023a. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/202307/CEPRO04\\_155be0c0d6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/202307/CEPRO04_155be0c0d6.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

CEPRO. **Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí**. Superintendência Cepro/Seplan, v. 1, n. 1. Teresina: Cepro/Seplan, 2024. 84 p. Disponível em: [https://www.seplan.pi.gov.br/wpfd\\_file/sintese-dos-indicadores-sociais-do-piaui-2023/](https://www.seplan.pi.gov.br/wpfd_file/sintese-dos-indicadores-sociais-do-piaui-2023/). Acesso em: 1 jul. 2025.

DRAIBE, S. *Welfare State* no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, NEPP-Unicamp, Campinas, n. 8, p. 1-50, 1993.

EMBRAPA. **Agricultura Irrigada no Cerrado**: subsídios para o desenvolvimento. 2ª ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2023.

EMBRAPA. **Sobre o Matopiba**. Embrapa, [2014]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ENTENDENDO o IDEB — um dos mais importantes indicadores de qualidade da educação brasileira. QEdú Conteúdos, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://conteudos.qedu.org.br/academia/o-que-e-o-ideb/#:~:text=A%20meta%20geral%20do%20programa,%2C%20como%20Estados%20Unidos%2C%20Canad%C3%A1%2C>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FAVARETO, A. *et al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê Matopiba, fev. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%A8%20MATOPIBA/22>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Brasil: Firjan, 2025. Disponível em: <https://firjan.com.br/data/files/C5/A7/42/59/8DBA6910734FAA69D8284EA8/IFDM-Indice-Firjan-de-Desenvolvimento-Municipal-2025.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FISHER, R. A. **Statistical Methods for Research Workers**. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1925.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, P. **10 teses sobre o novo desenvolvimentismo**. [S. l.; s. n.], 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/nossas-teses-sobre-o-desenvolvimento-economico/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. São Paulo: Papyrus Editora, 2022.

GONÇALVES, J. E. L. Reengenharia: um guia de referência para o executivo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 23-30, jul./ago. 1994.

GOVERNO celebra assinatura de operação de crédito para investimentos em rodovias do Piauí. Governo do Estado do Piauí, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://antigo.pi.gov.br/noticias/governo-celebra-assinatura-de-operacao-de-credito-para-investimentos-em-rodovias-do-piaui/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

HADDAD, P. S. **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1989.

HARVEY, D. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7ª ed. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasil: IBGE, 2012. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censo\\_Agropecuario/Censo\\_Agropecuario\\_2006/Segunda\\_Apuracao/censoagro2006\\_2apuracao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf). Acesso em: 25 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Sinopse/base\\_estatcart\\_sinopse\\_censo\\_20101.zip](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/base_estatcart_sinopse_censo_20101.zip). Acesso em: 25 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2020 [2022]**. Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasil: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, novembro 2017a. Suplemento: Prognóstico da produção agrícola nacional para 2018. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Levantamento\\_Sistematico\\_da\\_Producao\\_Agricola\\_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2017/Prognostico\\_201711.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2017/Prognostico_201711.pdf). Acesso em: 30 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB por Unidade da Federação 2016**. Brasil: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 24 jul. 2025.

IDL 2023: as melhores cidades para quem quer viver mais e melhor. Instituto de Longevidade, IDL, 2023. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-e-cidades/idl>. Acesso em: 1 jul. 2025.

JACOB, I. L.; GENNARI, A. M. Crise estrutural e limites absolutos do capital: notas sobre a ecologia em Mézáros. In: Colóquio Marx e o Marxismo 2021: o futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista, 2021, Niterói. **Anais eletrônicos [...]**. Niterói: NIEP Marx, 2021. Disponível em: [https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC7\\_2.pdf](https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC7_2.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os economistas).

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MANN, H. B.; WHITNEY, D. R. On a Test of Whether One of Two Random Variables is Stochastically Larger Than the Other. **Annals of Mathematical Statistics**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 50-60, 1947.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V)**, [s. l.], p. 95-108, dez. 2015. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 8ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, K. **O Essencial de Karl Marx**. Tradução: Lukas Gabriel Grzybowski. Petrópolis-RJ: Vozes, 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. e329402, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudeste piauiense. Campinas-SP: [s. n.], 2000.

MOREIRA, M. A.; OSTERMANN, F. Sobre o ensino do método científico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 108-117, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7275>. Acesso em: 1 jul. 2025.

NOVO PRO Piauí vai investir R\$ 110 bilhões em infraestrutura e desenvolvimento econômico e social. Governo do Estado do Piauí, jul. 2023. Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/segov/2023/07/17/novo-pro-piaui-vai-investir-r-110-bilhoes-em-infraestrutura-desenvolvimento-economico-e-transformacao-social/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

O'CONNOR, J. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. A Democracia Partidária Competitiva e o *Welfare State Keynesiano* (1883-1946): fatores de estabilidade e desorganização". In: OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução: Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, M. V.; CARDOSO, A. L.; PIFFER, M. Análise do crescimento econômico municipal: uma aplicação do Indicador de Ritmo de Crescimento (IRC) no Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1-25, 2024.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O novo desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, [s. l.], v. 11, n. 19, p. 167-179, 2016. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/10>. Acesso em: 24 jul. 2025.

OS CUSTOS Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: o caso do Matopiba, Brasil. FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Brasil: FIAN, 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Negocio-de-Terras-1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIAUÍ. **Balanco Geral do Estado – BGE 2022**. Secretaria de Estado da Fazenda. Piauí: Sefaz, 2022. Disponível em: [https://webas.sefaz.pi.gov.br/balanco-geral-do-estado/2022/01\\_Relatorio\\_Balanco\\_Geral\\_OFICIAL.pdf](https://webas.sefaz.pi.gov.br/balanco-geral-do-estado/2022/01_Relatorio_Balanco_Geral_OFICIAL.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

PIAUÍ. **Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Piauí, 2007. Disponível em: <http://antigo.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PIAUÍ. **Projeto de Lei nº 6.967, de 3 abril de 2017**. Altera a Lei Complementar nº 87, de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o

Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Piauí, 2017. Disponível em: [http://antigo.seplan.pi.gov.br/download/201905/SEP03\\_8d4698d08e.pdf](http://antigo.seplan.pi.gov.br/download/201905/SEP03_8d4698d08e.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

PIAUI. **Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980**. Cria o Instituto de Terras do Piauí e dá outras providências. Piauí, 2021. Disponível em: <http://siteantigo.interpi.pi.gov.br/historico.php>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PIAUI. **Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí – FUNDIPI. Piauí, 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=152335>. Acesso em: 1 jul. 2025.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder e o socialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, E. F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 478-503, jul.-set. 2017. Disponível em: <https://pergamum.anac.gov.br/acervo/99764>. Acesso em: 1 jul. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RICHARDSON, R. J. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, R. J. *et al.* (org). **Pesquisa Social**. 3ª ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2012. p. 90-113.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (org.). **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 321 p.

ROTTA, E.; REIS, C. N. As práticas do desenvolvimentismo brasileiro: Plano de Metas e Programa de Aceleração do Crescimento. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 151-166, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/31223>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2016.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, J. A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução: Maria Sílvia Possas. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. **O PPA**. Piauí: Seplan, [2025]. Disponível em [http://antigo.seplan.pi.gov.br/ip\\_oque.php](http://antigo.seplan.pi.gov.br/ip_oque.php). Acesso em: 1 jul. 2025.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. **PPA 2008-2011**. Visão de futuro. Piauí: SEPLAN, 2009. Disponível em: <https://transparencia.defensoria.pi.def.br/planejamento/plano-plurianual/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. **PPA 2012-2015**. O Piauí que queremos. Piauí: SEPLAN, 2012. Disponível em: <https://transparencia.defensoria.pi.def.br/planejamento/plano-plurianual/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. **PPA 2016-2019**. Desenvolvimento econômico com equidade social, segurança e sustentabilidade. Piauí: SEPLAN, 2016. Disponível em: <https://transparencia.defensoria.pi.def.br/planejamento/plano-plurianual/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. **PPA 2020-2023**. Fazer agora, construir o futuro. Piauí: Seplan, 2023. Disponível em: [http://www.seplan.pi.gov.br/download/201912/SEP02\\_8240c46867.pdf](http://www.seplan.pi.gov.br/download/201912/SEP02_8240c46867.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

SILVA, C. K. S. Etnografando paisagens: entre serras e baixões no sudoeste do Piauí. In: VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia – ReACT, 8., v. 5, n. 5, 22 a 26 de novembro de 2021. **Anais eletrônicos [...]**, 2021. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3763/3634>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SINGER, P. **O que é economia**. São Paulo: Editora Contexto. 1998.

SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e Método da Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

URUÇUI é 48ª cidade brasileira em produção de soja e 26ª na produção de milho. Prefeitura de Uruçuí, Piauí, [2025]. Disponível em: <https://urucui.pi.gov.br/urucui-e-48a-cidade-brasileira-em-producao-de-soja-e-26-na-producao-de-milho/>. Acesso em: 1 jul. 2025.